26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 10 – Informação e Memória

QUEM ARQUIVA ÁFRICA?: COLONIALIDADE E MEMÓRIA DIGITAL

WHO ARCHIVES AFRICA?: *COLONIALITY AND DIGITAL MEMORY*

Gregório Bembua Kambundo Tchitutumia – Universidade do Estado de Santa Catarina /(UDESC)
Tânia Regina da Rocha Unglaub – Universidade do Estado de Santa Catarina /(UDESC)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Este estudo analisa como a colonialidade da informação se manifesta nos processos contemporâneos de preservação e circulação digital da memória africana. Parte-se da compreensão de que a expansão dos ambientes digitais amplia possibilidades de registro, preservação e acesso, mas também pode reproduzir desigualdades históricas relacionadas à representação, à visibilidade e à legitimação de conhecimentos africanos. O objetivo é analisar essas manifestações, considerando assimetrias de representação, infraestrutura e controle informacional. Trata-se de pesquisa qualitativa, exploratória e analítico-interpretativa, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica com estratégia estruturada de busca e seleção, complementada por análise documental. O corpus bibliográfico foi constituído mediante busca realizada na base Scopus, considerando o período de 2019 a 2026. Após os procedimentos de filtragem, deduplicação e elegibilidade, dez artigos foram submetidos à Análise de Conteúdo. Os resultados evidenciaram quatro dimensões interdependentes: invisibilização e hierarquização epistemológica; colonialidade nos arquivos, metadados e representações digitais; dependência de infraestruturas, plataformas e tecnologias externas; e soberania informacional e participação africana. Conclui-se que preservar digitalmente a memória africana requer participação das comunidades, revisão crítica das formas de representação e maior capacidade de decisão sobre acervos, dados e infraestruturas informacionais.
Palavras-chave: memória africana; colonialidade da informação; preservação digital; soberania informacional; Ciência da Informação.

Abstract: This study analyzes how information coloniality manifests itself in contemporary processes of preservation and digital circulation of African memory. It assumes that the expansion of digital environments increases possibilities for recording, preservation, and access, while it may also reproduce historical inequalities related to the representation, visibility, and legitimization of African knowledge. The objective is to analyze these manifestations by considering asymmetries in representation, infrastructure, and informational control. This qualitative, exploratory, and analytical-interpretative study was conducted through bibliographic research based on a structured search and selection strategy, complemented by documentary analysis. The bibliographic corpus was constructed through a search of the Scopus database covering the period from 2019 to 2026. After filtering, deduplication, and eligibility procedures, ten articles were submitted to Content Analysis. The results revealed four interdependent dimensions: epistemological invisibilization and hierarchization; coloniality in archives, metadata, and digital representations; dependence on external infrastructures, platforms, and technologies; and informational sovereignty and African participation. The study concludes that digitally preserving African memory requires community participation, critical revision of representation practices, and greater decision-making capacity over collections, data, and information infrastructures.
Keywords: african memory; information coloniality; digital preservation; informational sovereignty; Information Science.

1 INTRODUÇÃO

As transformações tecnológicas contemporâneas têm reconfigurado os modos de produção, circulação, organização e preservação da informação. Em contextos pós-coloniais, entretanto, a expansão dos ambientes digitais não ocorre de maneira neutra, podendo reproduzir desigualdades históricas relacionadas à representação, à visibilidade e à legitimação de conhecimentos. No continente africano, essa problemática adquire relevância diante da marginalização histórica de tradições orais, saberes ancestrais e formas locais de organização e transmissão da memória (Quijano, 2005).

De acordo com Halbwachs (2006) a memória, compreendida como construção social, participa da constituição das identidades e das disputas pela interpretação do passado. A autora evidencia seu caráter coletivo, enquanto Le Goff (1990) destaca suas relações com o poder. No contexto africano, essas perspectivas permitem compreender que o colonialismo atuou não apenas sobre territórios e estruturas políticas, mas também sobre as condições de produção, preservação e legitimação do conhecimento.

Na contemporaneidade, essas assimetrias podem assumir novas configurações nos ambientes digitais. A colonialidade, conforme Quijano (2005) e Mignolo (2008), permanece nas formas de produção e validação do conhecimento, enquanto Couldry e Mejias (2019)

evidenciam novas modalidades de apropriação e concentração informacional associadas ao colonialismo de dados. Assim, a digitalização pode ampliar o acesso e a preservação, mas também reproduzir hierarquias epistemológicas, documentais e tecnológicas.

Para a Ciência da Informação, essa problemática envolve diretamente a organização, representação, recuperação, preservação e governança da informação. A presença de conteúdos africanos nos ambientes digitais, por si só, não assegura condições equitativas de representação e circulação, sendo necessário considerar quem seleciona, descreve e contextualiza os registros, quais sistemas realizam sua mediação e quais atores controlam as infraestruturas responsáveis por sua permanência e acesso.

Diante desse cenário, o problema deste estudo situa-se nas assimetrias que atravessam a preservação e a circulação digital da memória africana. Embora as tecnologias digitais ampliem possibilidades de registro, preservação e acesso ao patrimônio cultural, sua inserção em estruturas informacionais marcadas por desigualdades históricas pode reproduzir formas de invisibilização de saberes, narrativas e epistemologias africanas. A problemática é, portanto, delimitada à colonialidade da informação nos processos contemporâneos de preservação e circulação digital da memória africana.

A partir dessa delimitação, estabelece-se a seguinte questão de pesquisa: de que modo a colonialidade da informação se manifesta nos processos contemporâneos de preservação e circulação digital da memória africana? O objetivo é analisar essas manifestações, considerando as assimetrias de representação, infraestrutura e controle informacional identificadas no *corpus*. Especificamente, busca-se identificar manifestações de invisibilização epistemológica e dependência tecnológica; examinar seus efeitos sobre a representação e a preservação da memória africana; e por fim, discutir a soberania informacional e a valorização das epistemologias africanas como dimensões para o enfrentamento dessas assimetrias.

2 MEMÓRIA COLETIVA E DISPUTAS NARRATIVAS

A compreensão da memória como construção social constitui um dos fundamentos deste estudo. Para Halbwachs (2006), as lembranças não se formam isoladamente, mas são constituídas e reconstruídas a partir dos quadros sociais nos quais os sujeitos estão inseridos. A memória relaciona-se, portanto, aos grupos e referenciais compartilhados por meio dos quais os acontecimentos adquirem significado. Nesse sentido, a autora afirma:

> Fazemos apelo aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar, o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma, embora muitas circunstâncias nos permaneçam obscuras. Ora, a primeira testemunha, à qual podemos sempre apelar, é a nós próprios. Quando uma pessoa diz: "eu não creio em meus olhos", ela sente que há nela dois seres: um, o ser sensível, é como uma testemunha que vem depor sobre aquilo que viu, diante do "eu" que não viu atualmente, mas que talvez tenha visto no passado e, talvez, tenha feito uma opinião apoiando-se nos depoimentos dos outros (Halbwachs, 2006, p. 25).

Essa perspectiva permite compreender a memória como reconstrução social, e não como armazenamento neutro do passado. Pollak (1989) amplia a discussão ao evidenciar disputas entre memórias legitimadas e experiências que permanecem subterrâneas ou marginalizadas. Le Goff (1990), por sua vez, relaciona memória e poder, demonstrando que conservação, seleção e esquecimento participam das disputas pela interpretação e legitimação do passado.

Essas contribuições permitem compreender que o colonialismo também interferiu nas condições de reconhecimento e transmissão da memória africana. Tradições orais, práticas comunitárias e outras formas de produção do conhecimento foram submetidas a critérios externos de legitimidade. Nessa perspectiva, Mbembe (2014) evidencia a dimensão simbólica e discursiva do colonialismo e a produção histórica de categorias pelas quais sujeitos, culturas e experiências africanas foram representados.

Nos ambientes digitais, essas disputas alcançam bases de dados, metadados, sistemas de recuperação, algoritmos e infraestruturas tecnológicas. Assim, as relações entre memória e poder não desaparecem com a digitalização, mas podem ser reorganizadas nos processos de seleção, descrição, recuperação, preservação e circulação de documentos, narrativas e conhecimentos.

2.1 COLONIALIDADE DA INFORMAÇÃO E EPISTEMOLOGIAS AFRICANAS

A noção de colonialidade permite compreender a permanência de estruturas de poder constituídas durante o colonialismo nas formas contemporâneas de produção, organização e legitimação do conhecimento. Quijano (2005) argumenta que a colonialidade ultrapassa o encerramento formal das administrações coloniais, permanecendo nas dimensões sociais, culturais, econômicas e epistemológicas. Para o autor:

> A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular desse padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social quotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América (Quijano, 2005, p. 117).

Essa perspectiva evidencia que a produção e a legitimação do conhecimento são atravessadas por relações de poder que hierarquizam saberes. Mignolo (2008) relaciona esse processo à articulação entre modernidade e colonialidade, enquanto Santos (2019), por meio da discussão sobre epistemicídio, evidencia a supressão e a deslegitimação de conhecimentos produzidos fora dos centros hegemônicos. No contexto africano, essas contribuições permitem problematizar a marginalização de epistemologias locais, da oralidade e de formas comunitárias de produção, preservação e transmissão do conhecimento.

No campo da Ciência da Informação, essas assimetrias alcançam critérios de seleção documental, sistemas de classificação, metadados e instrumentos de representação e recuperação. Com a expansão das tecnologias digitais, podem também ser reproduzidas em bases de dados, plataformas e algoritmos quando suas estruturas e categorias não contemplam adequadamente a diversidade linguística, cultural e epistemológica dos contextos representados.

Couldry e Mejias (2019), ao discutirem o colonialismo de dados, acrescentam a dimensão econômica e infraestrutural desse processo, demonstrando como a dataficação transforma aspectos da vida social em recursos apropriáveis. Em contextos de dependência tecnológica, a questão envolve também a capacidade de instituições e comunidades definirem as condições pelas quais seus dados, conhecimentos e memórias são armazenados, processados e utilizados.

Neste estudo, portanto, a colonialidade da informação é compreendida como chave analítica para examinar a permanência ou reconfiguração de hierarquias epistemológicas e assimetrias de poder nos processos de organização, representação, preservação e circulação digital da memória africana. Essa compreensão articula memória, tecnologia e poder e orienta as categorias empregadas na análise do corpus.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, exploratória e analítico-interpretativa, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica com estratégia estruturada de busca e seleção, complementada por análise documental. A abordagem qualitativa possibilitou examinar sentidos e relações de poder associados à produção, representação, preservação e circulação da informação (Minayo, 2001).

O *corpus* bibliográfico foi constituído mediante buscas realizadas na *Scopus*, considerando o período de 2019 a 2026 e os campos título, resumo e palavras-chave (*TITLE-ABS-KEY*). Foram empregadas três estratégias complementares: S1, *(africa OR african) AND ("digital colonialism" OR "data colonialism" OR "digital neocolonialism"); S2, (africa OR african) AND ("digital sovereignty" OR "data sovereignty" OR "information sovereignty"); e S3, (africa OR african) AND ("collective memory" OR "digital memory" OR "cultural memory" OR "cultural heritage" OR archives OR libraries) AND (coloniality OR decoloniality OR "epistemic justice" OR "digital colonialism" OR "data colonialism").* Obras anteriores a 2019 foram utilizadas exclusivamente como referencial teórico e não integraram o corpus.

As buscas recuperaram 270 ocorrências (S1 = 63; S2 = 115; S3 = 92). Após o recorte temporal, permaneceram 256 registros e, com a restrição a artigos científicos, 137. A deduplicação, realizada prioritariamente pelo *DOI* e, na ausência deste, pela comparação dos títulos normalizados, resultou em 126 artigos únicos. Foram incluídos artigos em português, inglês ou espanhol com relação substantiva com o contexto africano e contribuição para a discussão sobre memória, patrimônio, arquivos, conhecimentos africanos, colonialidade, tecnologias digitais, dependência tecnológica ou soberania informacional. Excluíram-se duplicatas, estudos sem relação substantiva com África, trabalhos predominantemente técnicos sem contribuição ao problema investigado e aqueles em que os termos de busca apareciam apenas perifericamente.

Após a exclusão de cinco trabalhos em outros idiomas, 121 artigos foram submetidos à leitura de títulos, resumos e palavras-chave. Destes, 46 permaneceram para avaliação de elegibilidade e 26 foram considerados prioritários para refinamento. O corpus analítico final reuniu dez artigos com relação substantiva com o contexto africano e contribuição direta ou complementar à questão de pesquisa, contemplando colonialidade ou assimetrias informacionais associadas à memória e representação, ambientes digitais, infraestrutura tecnológica ou soberania informacional.

A análise dos dez artigos seguiu os procedimentos da Análise de Conteúdo de Bardin (2016), envolvendo organização, exploração, categorização e interpretação do material. Foram estabelecidas quatro categorias: (1) invisibilização e hierarquização epistemológica; (2) colonialidade nos arquivos, metadados e representações digitais; (3) dependência de infraestruturas, plataformas e tecnologias externas; e (4) soberania informacional e participação africana. Documentos institucionais da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) foram utilizados complementarmente para contextualização e não integraram o corpus. Os achados foram interpretados em diálogo com o referencial teórico sobre memória e colonialidade, especialmente Halbwachs, Pollak, Le Goff, Quijano e Mignolo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dez artigos evidenciou que a colonialidade da informação na preservação e circulação digital da memória africana se manifesta em dimensões interdependentes. Conforme as categorias estabelecidas na análise de conteúdo, os resultados foram organizados em quatro eixos: invisibilização e hierarquização epistemológica; colonialidade nos arquivos, metadados e representações digitais; dependência de infraestruturas, plataformas e tecnologias externas; e soberania informacional e participação africana.

4.1 INVISIBILIZAÇÃO E HIERARQUIZAÇÃO EPISTEMOLÓGICA

O primeiro eixo evidencia que as desigualdades informacionais não se restringem ao acesso às tecnologias, mas alcançam as formas pelas quais conhecimentos, línguas e sujeitos são representados e recuperados nos ambientes digitais. Nesse sentido, a análise do *corpus* revelou que a presença de conteúdos africanos nos sistemas digitais não implica, necessariamente, condições equivalentes de visibilidade, representação ou mediação.

Chonka, Diepeveen e Haile (2023), ao investigarem o preenchimento automático de buscas em amárico, suaíli e somali, identificaram diferenças nos processos de moderação e filtragem associadas ao que denominam *algorithmic power*. Os resultados demonstram que sistemas aparentemente automatizados e universais podem produzir respostas distintas conforme a língua utilizada, revelando desigualdades na maneira pela qual determinados contextos linguísticos africanos são processados e representados.

Nos testes relacionados a gênero, quase todas as sugestões associadas a mulheres e meninas em amárico apresentaram conteúdo sexualizado ou misógino; em somali também ocorreram sugestões sexualizadas, enquanto em suaíli não foram identificadas sugestões sexualmente explícitas. Em outro experimento, seis dos dez nomes de políticos testados em somali produziram sugestões relacionadas a clã ou identidade étnica (Chonka; Diepeveen; Haile, 2023). Esses resultados indicam que a mediação algorítmica pode reproduzir estereótipos e formas desiguais de representação, afetando não apenas a recuperação da informação, mas também os modos pelos quais sujeitos e identidades africanas se tornam visíveis nos sistemas digitais.

Essa problemática também aparece em Kroeze (2024), que discute a presença de valores ocidentais incorporados à concepção dos sistemas tecnológicos. Segundo o autor, "*Western values are often implicit in software programs*" (Kroeze, 2024, p. 176). A afirmação permite compreender que programas, plataformas e sistemas de informação não são estruturas culturalmente neutras: suas arquiteturas, categorias e critérios de funcionamento podem carregar pressupostos derivados dos contextos nos quais foram concebidos.

Klipp (2026), ao analisar o arquivo da *Wits University Press*, acrescenta uma dimensão documental a esse problema ao discutir como estruturas constituídas no contexto colonial condicionaram a visibilidade de autores negros e da produção em línguas africanas. Nesse caso, a desigualdade informacional não se inicia com a tecnologia digital, mas pode estar presente anteriormente na constituição, seleção e organização dos registros que posteriormente serão preservados ou disponibilizados digitalmente.

A aproximação entre esses estudos permite identificar dois níveis articulados de invisibilização. O primeiro antecede a digitalização e está relacionado à constituição histórica dos arquivos, aos critérios de seleção e às formas de legitimação dos conhecimentos. O segundo emerge ou se reconfigura nos ambientes digitais, mediante sistemas de representação, recuperação e mediação algorítmica. A colonialidade da informação manifesta-se, portanto, tanto naquilo que foi historicamente selecionado para permanecer quanto nas condições tecnológicas que determinam como aquilo que permanece será representado, recuperado e tornado visível.

Em diálogo com Quijano (2005) e Mignolo (2008), esses achados evidenciam a permanência e a reconfiguração de hierarquias epistemológicas nos processos

contemporâneos de mediação da informação. Para a Ciência da Informação, isso implica reconhecer que seleção, descrição, classificação, indexação, recuperação e mediação não constituem operações neutras. Quando determinadas línguas, sujeitos e conhecimentos são inadequadamente representados, sua presença formal nos ambientes digitais pode coexistir com formas persistentes de invisibilidade informacional.

4.2 COLONIALIDADE NOS ARQUIVOS, METADADOS E REPRESENTAÇÕES DIGITAIS

O segundo eixo evidencia que a digitalização de acervos não elimina as estruturas classificatórias e os silenciamentos produzidos historicamente. A análise do corpus indica que documentos e coleções podem ingressar nos ambientes digitais já atravessados por processos anteriores de seleção, descrição e legitimação. Desse modo, a colonialidade não se manifesta apenas nas tecnologias utilizadas para digitalizar ou disponibilizar os acervos, mas também nas estruturas documentais e representacionais herdadas pelas plataformas digitais.

Mosweu (2026), ao examinar silêncios e ausências nos arquivos de Botswana, relaciona essas lacunas à herança de práticas arquivísticas britânicas, à marginalização de conhecimentos indígenas e à supressão linguística. O estudo permite compreender que os silêncios arquivísticos não correspondem simplesmente à inexistência de documentos, mas podem resultar das condições históricas pelas quais determinados sujeitos, acontecimentos e formas de conhecimento foram considerados dignos — ou não — de registro, descrição e preservação. Assim, a digitalização pode transferir para o ambiente digital ausências anteriormente constituídas no próprio arquivo.

Problema semelhante é identificado por Alkhalaf *et al*. (2026) em arquivos arqueológicos relacionados ao Oriente Médio e ao Norte da África. Os autores demonstram que a migração acrítica da documentação histórica para ambientes digitais pode reproduzir limitações das coleções analógicas, mantendo categorias classificatórias excludentes e registros considerados “autoritativos” mesmo quando fundamentados em descrições historicamente inadequadas (Alkhalaf *et al*., 2026, p. 8). Entre os casos analisados, integrantes das comunidades locais aparecem em fotografias sem identificação nos metadados, enquanto arqueólogos estrangeiros são nominalmente identificados. A diferença aparentemente descritiva produz consequências informacionais: alguns sujeitos tornam-se recuperáveis e identificáveis nos sistemas, enquanto outros permanecem presentes na imagem, mas ausentes de sua representação documental.

Esse resultado é particularmente relevante para a Ciência da Informação, porque demonstra que a invisibilidade pode ser produzida não apenas pela ausência física de um documento, mas também pela maneira como ele é descrito. Metadados, vocabulários, categorias classificatórias e pontos de acesso interferem nas possibilidades de recuperação e contextualização dos registros. Dessa perspectiva, preservar um objeto digital sem revisar criticamente sua representação pode significar preservar também categorias, silêncios e assimetrias provenientes do contexto em que o registro foi originalmente produzido e organizado.

Niala e Ondeng' (2025), ao investigarem coleções quenianas mantidas em museus britânicos, apresentam uma possibilidade de enfrentamento desse problema. A utilização de metodologias colaborativas permitiu confrontar registros institucionais com conhecimentos provenientes das comunidades relacionadas aos objetos, recuperar narrativas vinculadas à violência colonial e ampliar a participação africana na contextualização e validação das informações sobre os acervos. O estudo demonstra, assim, que a revisão da representação documental pode constituir um processo de negociação entre diferentes formas de conhecimento, em vez de permanecer exclusivamente sob autoridade das instituições detentoras das coleções.

Klipp (2026), ao analisar o arquivo da *Wits University Press*, reforça essa dimensão histórica ao evidenciar como estruturas do arquivo colonial condicionam a visibilidade de autores negros e da produção em línguas africanas. Em conjunto, Mosweu (2026), Alkhalaf *et al*. (2026), Niala e Ondeng' (2025) e Klipp (2026) demonstram que a tecnologia digital pode tanto reproduzir estruturas documentais herdadas quanto criar possibilidades para sua revisão crítica.

Desse conjunto de resultados emerge uma distinção central: digitalização e decolonização não constituem processos equivalentes. Digitalizar modifica o suporte e as possibilidades de acesso; decolonizar exige interrogar os critérios de seleção, descrição, classificação, contextualização e autoridade que estruturam os registros. Para a Ciência da Informação, isso desloca a discussão da simples disponibilidade digital para questões como: quem descreve, quem nomeia, quais categorias são utilizadas, quais conhecimentos são reconhecidos e quem possui autoridade para validar a representação de pessoas, objetos e memórias?

A colonialidade da informação manifesta-se, portanto, também na camada representacional dos sistemas. Se determinadas ausências históricas forem convertidas diretamente em metadados, bases de dados e estruturas de recuperação, a tecnologia poderá conferir permanência e aparência de neutralidade a classificações anteriormente produzidas em relações assimétricas de poder. A preservação digital da memória africana demanda, nesse sentido, não apenas conservar registros, mas examinar criticamente as condições pelas quais eles são descritos, contextualizados e recuperados.

4.3 DEPENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURAS, PLATAFORMAS E TECNOLOGIAS EXTERNAS

O terceiro eixo desloca a análise do conteúdo para as condições materiais e políticas de sua existência digital. Kwet (2019), Calzati (2022) e Mwema e Birhane (2024) demonstram, em diferentes escalas, que as assimetrias informacionais também estão relacionadas à propriedade e ao controle das infraestruturas tecnológicas.

Kwet (2019), tendo a África do Sul como um de seus contextos de análise, relaciona o colonialismo digital à concentração do controle sobre software, hardware e conectividade. Calzati (2022), ao examinar o envolvimento chinês nas tecnologias de informação e comunicação do Quênia, demonstra que ampliação de infraestrutura e soberania não são necessariamente equivalentes: acordos tecnológicos podem expandir capacidades e, simultaneamente, preservar relações assimétricas quando não fortalecem efetivamente os atores locais.

Mwema e Birhane (2024), por sua vez, analisam os cabos submarinos *Equiano* e *2Africa* e relacionam a infraestrutura física da internet africana às estruturas de propriedade, transparência, extração de dados e participação. As autoras afirmam que,

> No contexto contemporâneo mediado digitalmente, controlar a infraestrutura da Internet significa também controlar o fluxo de informações, incluindo conhecimentos e comunicações de natureza política, cultural, social, econômica e militar (Coleman, 2018). Por meio da propriedade e do controle da infraestrutura de Internet da África, com pouca supervisão, transparência ou participação de atores africanos, Google e Meta continuam a extrair da região e explorá-la, repetindo padrões coloniais. (Mwema; Birhane, 2024, p. 14, tradução nossa).

Em diálogo com Couldry e Mejias (2019), esses achados demonstram que a preservação digital não depende apenas da existência dos objetos digitalizados, mas também das condições de armazenamento, transmissão, acesso e governança. Um patrimônio pode

estar digitalmente acessível e, ainda assim, depender de infraestruturas e sistemas decisórios externos às comunidades às quais está relacionado. Para a Ciência da Informação, preservação e acesso devem, portanto, ser analisados também em relação à governança das infraestruturas informacionais.

4.4 SOBERANIA INFORMACIONAL E PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES AFRICANAS

O quarto eixo reúne possibilidades de enfrentamento das assimetrias identificadas, enfatizando a participação de comunidades e instituições africanas nas decisões sobre produção, representação, preservação e circulação de suas informações. Alkhalaf *et al*. (2026) demonstram que a incorporação de conhecimentos das comunidades relacionadas aos acervos pode ampliar descrições, categorias e metadados, inclusive por meio de recursos multilíngues. Niala e Ondeng' (2025), por sua vez, evidenciam que metodologias colaborativas favorecem a participação das comunidades na interpretação e contextualização de coleções.

Kroeze (2024), a partir da perspectiva do Ubuntu, defende a consideração de referenciais epistemológicos africanos na concepção das tecnologias. Jaganathan, Malik e Givanni (2020), ao discutirem o *Pan-African Cinema Archive*, acrescentam a experiência de um espaço arquivístico contra-hegemônico no qual memória, produção cultural e experiência diaspórica tensionam formas tradicionais de constituição e autoridade dos arquivos.

No plano infraestrutural, Kwet (2019), Calzati (2022) e Mwema e Birhane (2024) demonstram que a autonomia informacional também depende da capacidade de participação nas decisões sobre dados, redes e plataformas. A soberania informacional é compreendida, nesse sentido, não como isolamento tecnológico, mas como capacidade de comunidades e instituições participarem das decisões sobre as condições pelas quais suas informações, conhecimentos e memórias são organizados, armazenados, representados e colocados em circulação.

A análise das quatro categorias evidencia, portanto, uma cadeia interdependente de manifestação da colonialidade da informação: (i) epistemologia (ii) arquivo (iii) representação e (iv) metadados (v) mediação (vi) algorítmica (vii) infraestrutura (viii) governança. As assimetrias podem anteceder a digitalização, mediante exclusões e silenciamentos nos arquivos; atravessá-la, pela reprodução de categorias e representações; e prolongar-se nos ambientes digitais, quando algoritmos, plataformas e infraestruturas condicionam visibilidade, acesso e circulação. Para a Ciência da Informação, o resultado desloca a discussão

da quantidade de memória africana digitalizada para as condições e relações de poder que determinam quem seleciona, representa, contextualiza, preserva e controla sua circulação digital.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou como a colonialidade da informação se manifesta nos processos contemporâneos de preservação e circulação digital da memória africana. Os resultados demonstraram que essas manifestações ultrapassam a disponibilidade de tecnologias e a digitalização de acervos, envolvendo dimensões epistemológicas, documentais, tecnológicas e políticas. A análise evidenciou uma cadeia interdependente entre epistemologia, arquivo, representação e metadados, mediação algorítmica, infraestrutura e governança, indicando que assimetrias históricas podem anteceder a digitalização, ser reproduzidas durante esse processo e permanecer nas condições de acesso e circulação da informação.

Para a Ciência da Informação, o estudo contribui ao relacionar memória e preservação às relações de poder presentes nas práticas e infraestruturas de mediação informacional. Os achados indicam que preservar a memória africana não se restringe à permanência dos objetos digitais, mas envolve as condições pelas quais são selecionados, descritos, contextualizados, recuperados e controlados. Nesse sentido, a soberania informacional compreende a ampliação da capacidade de comunidades e instituições africanas participarem das decisões sobre seus acervos, dados, sistemas de representação e infraestruturas, associada à valorização das epistemologias africanas e à revisão crítica de categorias e metadados.

Como limitação, o corpus foi constituído exclusivamente na Scopus, com recorte temporal entre 2019 e 2026, o que não permite generalizações sobre toda a produção científica relacionada ao tema nem sobre a diversidade dos contextos africanos. Estudos futuros poderão ampliar a busca para outras bases e fontes africanas, incorporar pesquisas empíricas junto a arquivos, bibliotecas e comunidades e aprofundar análises comparativas entre diferentes países e instituições do continente.

Conclui-se que a pergunta “quem arquiva África?” ultrapassa a identificação das instituições responsáveis pela guarda dos registros e remete à autoridade para selecionar, representar, contextualizar, preservar e controlar a circulação da memória. A preservação

digital da memória africana exige, portanto, considerar conjuntamente memória, poder, participação e soberania informacional.

REFERÊNCIAS

ALKHALAF, Hiba; BAIRD, J. A.; CHEN, Anne; CRADIC, Melissa S.; SABRINE, Isber; VITALE, Valeria. Pathways to inclusive digital archaeological archives. **Advances in Archaeological Practice**, [*s. l.*], p. 1-20, 2026. DOI: 10.1017/aap.2026.10148. Disponível em: https://doi.org/10.1017/aap.2026.10148. Acesso em: 1 set. 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

CALZATI, Stefano. 'Data sovereignty' or 'Data colonialism'? Exploring the Chinese involvement in Africa's ICTs: a document review on Kenya. **Journal of Contemporary African Studies**, [*s. l.*], v. 40, n. 2, p. 270-285, 2022. DOI: 10.1080/02589001.2022.2027351. Disponível em: https://doi.org/10.1080/02589001.2022.2027351. Acesso em: 2 set. 2026.

CHONKA, Peter; DIEPEVEEN, Stephanie; HAILE, Yidnekachew. Algorithmic power and African indigenous languages: search engine autocomplete and the global multilingual Internet. **Media, Culture & Society**, [*s. l.*], v. 45, n. 2, p. 246-265, 2023. DOI: 10.1177/01634437221104705. Disponível em: https://doi.org/10.1177/01634437221104705. Acesso em: 28 ago. 2026.

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises A. **The costs of connection**: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism. Stanford: Stanford University Press, 2019. Disponível em: https://www.degruyterbrill.com/document/doi/10.1515/9781503609754/html. Acesso em: 24 out. 2026.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

JAGANATHAN, Aditi; MALIK, Sarita; GIVANNI, June. June Givanni's Pan-African Cinema Archive: a diasporic feminist dwelling space. **Feminist Review**, [*s. l.*], v. 125, n. 1, p. 94-109, 2020. DOI: 10.1177/0141778920913499. Disponível em: https://doi.org/10.1177/0141778920913499. Acesso em: 29 ago. 2026.

KLIPP, Veronica. Searching for Vilakazi: publishing and the colonial archive. **Critical Arts**, [*s. l.*], 2026. DOI: 10.1080/02560046.2025.2534040. Disponível em: https://doi.org/10.1080/02560046.2025.2534040. Acesso em: 7 set. 2026.

KROEZE, Jan Hendrik. Digital coloniality: an Ubuntu perspective. **Scandinavian Journal of Information Systems**, [*s. l.*], v. 36, n. 2, art. 6, 2024. Disponível em: https://aisel.aisnet.org/sjis/vol36/iss2/6. Acesso em: 3 set. 2026.

KWET, Michael. Digital colonialism: US empire and the new imperialism in the Global South. **Race & Class**, [*s. l.*], v. 60, n. 4, p. 3-26, 2019. DOI: 10.1177/0306396818823172. Disponível em: https://doi.org/10.1177/0306396818823172. Acesso em: 25 ago. 2026.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão *et al.* Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em https://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf. Acesso em: 20 ago. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOSWEU, Tshepho. The silences and absences in Botswana's archives: cross-examining colonial legacy. **IFLA Journal**, [*s. l.*], v. 52, n. 1, p. 30-37, 2026. DOI: 10.1177/03400352251348242. Disponível em: https://doi.org/10.1177/03400352251348242. Acesso em: 22 jul. 2026.

MWEMA, Esther; BIRHANE, Abeba. Undersea cables in Africa: the new frontiers of digital colonialism. **First Monday**, [*s. l.*], v. 29, n. 4, 2024. DOI: 10.5210/fm.v29i4.13637. Disponível em: https://doi.org/10.5210/fm.v29i4.13637. Acesso em: 24 jul. 2026.

NIALA, JC; ONDENG', Juma. Developing digital research methodologies for Kenyan collections held in UK museums. **Third Text**, [*s. l.*], v. 38, n. 4-5, p. 404-422, 2025. DOI: 10.1080/09528822.2025.2461372. Disponível em: https://doi.org/10.1080/09528822.2025.2461372. Acesso em: 29 jun. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Princípios Globais das Nações Unidas para a Integridade da Informação**: recomendações para ação de múltiplas partes interessadas. Nova Iorque: Nações Unidas, 2024. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2024-07/ONU_PrincipiosGlobais_IntegridadeDaInformacao_20240624.pdf. Acesso em: 13 maio 2026.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Tradução de Dora Rocha Flaksman. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278. Acesso em: 25 maio 2026.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em:

https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/14084/1/colonialidade.pdf. Acesso em: 24 out. 2026.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

UNESCO. **Documento estratégico modelo para a integridade da informação na África Ocidental e no Sahel**. Praia, Cabo Verde: UNESCO, 2025. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000396489_por. Acesso em: 25 abr. 2026.

AGRADECIMENTOS OU FINANCIAMENTO

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Profissional da Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina pelo apoio acadêmico e ao Programa de Monitoria de Pós-Graduação (PROMOP) pelo apoio financeiro e institucional ao desenvolvimento desta pesquisa.